Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA Agência INFRA

INFRAEnergia
Brasília, "2020-09-15" de setembro de "2020-15"
edição 678

Bom dia, "FRANKZ"!
Nesta edição do INFRAEnergia: Abrade | Diário Oficial | Fique de Olho | Clipping

ABRADEE PEDE À ANEEL MUDANÇA DE POSTURA EM RELAÇÃO ÀS REVISÕES TARIFÁRIAS EXTRAORDINÁRIAS

Hector Rotella, da Agência INFRA
Distribuidores de energia elétrica elevaram a cobrança em relação aos critérios da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para abertura de RTEs (Revisões Tarifárias Extraordinárias) diante do cenário da pandemia do coronavírus.
O pedido foi feito por meio de uma nota divulgada na segunda-feira (14) pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica).
Em seu pleito, as concessionárias argumentam que a agência reguladora não recentrava o direito que as empresas tentam para comparecer, via instrumento das revisões extraordinárias, o prejuízo auferido em função da queda do consumo e aumento da inadimplência por conta do cenário pandêmico.
Na visão da Abradee, a atual tratamento dado pela ANEEL às empresas de distribuição pode prejudicar a segurança jurídica do setor elétrico. Ela considera ainda que as medidas propostas até o momento deram equilíbrio aos demais agentes do setor, como os segmentos de geração e transmissão, mas não às distribuidoras.
"A Abradee e seus associados estão elaborando suas contribuições para a CP 35, mas consideramos que se faz necessária uma mudança de postura por parte da ANEEL", afirma o texto, assinado pelo presidente da associação, Marcos Madureira. "Tais direitos precisam ser assegurados sob pena de ferirmos a segurança jurídica que vemos caminhando fio a fio para consolidar o setor elétrico que temos hoje no Brasil", defende.
De acordo com a associação, as empresas de distribuição estiveram comprometidas em atender as medidas elencadas pelo governo para dirimir os efeitos da pandemia no setor elétrico e que cumpriram o papel de garantir o suprimento de energia necessário ao país.
"As empresas sempre estiveram comprometidas em atender a tudo o que tem sido estabelecido pela ANEEL e governo. Ao mesmo tempo, vêm alertando sobre o contexto ainda pelas distribuidoras em relação ao desequilíbrio econômico e os impactos negativos não só para o mercado, mas também para o próprio consumidor", diz a nota.
Segunda fase da CP 35
A manifestação da associação ocorre enquanto a agência reguladora realiza discussões no âmbito da Consulta Pública 35/20 para lidar com o reequilíbrio dos contratos de distribuição. Se trata da segunda fase da regulamentação do decreto 10.203/20, que instituiu o empréstimo da Conta-Covid.
Para reequilibrar o contrato das distribuidoras, a ANEEL condicionou o procedimento de RTE ao cumprimento de indicadores de desequilíbrio da concessão ou por meio do Mfex (Mecanismo de Flexibilização Tarifária Opcional), que prevê contrapartidas em relação aos consumidores.
No primeiro caso, a proposta prevê que os pedidos sejam feitos a partir de 2021, o que desagradou as distribuidoras, e mediante comprovação de que os prejuízos ocorreram em decorrência da pandemia.
No segundo caso, serão observados os critérios de queda de arrecadação e de mercado devido à pandemia para evitar que ineficiências gerenciais, que não têm relação com o momento excepcional, sejam corrigidas por meio de um processo de RTE.
Para viabilizar essas medidas, a agência reguladora precisaria atualizar o submódulo 2.8 e 2.10 do Prorot (Procedimento de Regulação Tarifária), respectivamente. "Nos dois casos, as metodologias buscam reduzir os efeitos da queda de arrecadação e redução de mercado", diz o voto da relatora Elisa Bastos.
Ponto de crítica por parte das distribuidoras, as medidas só entrarem em vigor em 2021. Segundo a ANEEL, isso ocorrerá porque os cálculos dos efeitos da pandemia só serão mensuráveis ao fim deste ano, além de haver risco de novos desequilíbrios em função disso ainda este ano.
voltar para o topo

DIÁRIO OFICIAL

CDE - Portaria 292 do Ministério de Minas e Energia aprova a proposta de orçamento da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) dos Programas "Mais Luz Para a Amazônia" e "Luz Para Todos" para o ano de 2021.
RZA - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) suspende, temporariamente, os requerimentos de outorga para eólicas em Serra Sé (BA) e Pedra Azul(ES) (RN).
Comercial - A ANEEL libera para produção comercial sete unidades, somando 29,4 MW, da EOL Ventos de São Jerônimo 4, em Campo Formoso (BA).
Energia - Portaria 1629/20 da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) autoriza a implantação de rede de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-262/MS sob concessão à Ecoisi.
Combustíveis - A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) libera a CPA Terminal Paranaguá a operar terminal aquaviário para movimentação e armazenamento de produtos inflamáveis e combustíveis Classe I a III, não incluídos os combustíveis de aviação QAV e GAV, em Paranaguá (PR).
Gás Natural - O BNDES publicou acordo de cooperação com a Shell Brasil Petróleo para estudado e desenvolvimento de medidas potencializadoras da demanda e da oferta de gás natural no Brasil.
Classificação - Portaria 20.021 da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais do Ministério da Economia divulgou a classificação quanto ao porte das empresas estatais federais com sede no Brasil, referente ao exercício 2019.
Revisão - Portaria 296 do Inmetro altera a Portaria 246/2020, que dispõe sobre as competências e o detalhamento dos procedimentos para as trabalhos de revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decretos no âmbito do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.
voltar para o topo

FIQUE DE OLHO

Agenda do ministro – O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, participa, às 14h30, da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica Mais Luz para a Amazônia, junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Em seguida, reúne-se, às 15h, com o presidente do BNDES, Gustavo Montezano. Às 17h, participa da celebração de Rosh Hashanã, o ano novo judaico, na residência oficial de Israel.

Carga no SIN – A demanda por energia registrou aumento de 0,4% em julho, quando comparado ao verificado no mesmo mês do ano anterior, e de 2,6% se comparado com junho deste ano. Segundo boletim mensal do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), os resultados mostram sinais de recuperação, após o retorno mais amplo das atividades econômicas com a flexibilização das medidas de isolamento social. No acumulado dos últimos 12 meses, a carga do SIN apresentou uma variação negativa de 1,9%, se comparado com o mesmo período do ano anterior.

Boletim MME – A carga média do SIN (Sistema Interligado Nacional) do último domingo (13) foi de 58.204 MW, 4,96% superior à verificada no mesmo dia da semana anterior e 3,40% superior à do mesmo dia da semana em 2019. No acumulado dos últimos 30 dias, a carga média foi 1,54% superior ao mesmo período em 2019. Os dados são do Boletim de Monitoramento Covid-19, divulgado pelo MME (Ministério de Minas e Energia).

Conta-Covid – A CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) realizou, nesta segunda-feira (14), o terceiro repasse do empréstimo da Conta-Covid para as distribuidoras impactadas pelo cenário de isolamento social. A parcela, de R$ 890,5 milhões, considera os valores dos termos de adesão para o período e os mortatrim remanescentes das transferências anteriores.

Custo final – Estudo feito pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) mostrou que o custo final da energia eólica é o mais baixo entre as fontes renováveis nos últimos cinco anos. O resultado é decorrente dos preços mais baixos praticados nos leilões de contratação, apesar dos valores adicionais da fonte, como o custo de despacho de termelétricas e controle secundário de frequência em decorrência da sua geração intermitente. Em 2016 foi registrado o maior custo (R$ 230,9/MWh), visto que houve um adicional de 25% decorrente do acionamento de térmicas.

Custo final II – Ainda de acordo com estudo da CCEE, a segunda fonte mais barata foi a térmica a biomassa, que tem seu custo caracterizado exclusivamente pela contratação dos leilões, cujo preço médio foi de R$ 253,5/MWh. Em terceiro lugar destacam-se as PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas), que apesar de ter valores menores nos certames, terminaram com o custo final mais elevado por conta do difícil hídrico. A geração solar ainda apresentou o custo mais elevado, visto que as usinas em operação foram as primeiras contratadas em leilões a preços elevados. O relatório está disponível na íntegra aqui.

PPP de iluminação pública – A Prefeitura de Campinas (SP) realiza hoje (15), às 10h, audiência pública virtual para apresentação do projeto de PPP (parceria público-privada) para a prestação dos serviços de iluminação pública. Mais informações estão disponíveis no site.

Smart and sustainable cities – O IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás) realiza hoje (15), às 18h, o terceiro e último webinar da série Smart and sustainable cities: diálogos sobre transição energética & transformação digital, com o tema "O surgimento das cidades inteligentes: dimensão social e cultural". Mais informações estão disponíveis no site.

Novo lei do gás – A Abdem (Associação Brasileira de Direito de Energia e Meio Ambiente) realiza hoje (15), às 18h, o webinar "Perspectivas e desafios setoriais com a nova lei do gás", com participação do advogado e professor Alexandre Machado; Claudia Sales (Instituto Acende Brasil); Renata Beckert Isfer (MME); e, na moderação, Gustavo Santiago (Abdem). Mais informações estão disponíveis no site.
Audiência pública – A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) realiza hoje (15), às 9h, audiência pública virtual sobre regulamentação dos critérios de contração local a serem adotados no acordo e no compromisso de individualização da produção e na unificação das áreas, e nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural. Mais informações estão disponíveis no site.
voltar para o topo

CLIPPING

Créditos tributários podem reduzir tarifas de energia
Segundo cálculos da TR Soluções, créditos podem chegar a R$ 51,2 bilhões; num horizonte de reversão em 5 anos, haveria redução de 10,5 p.p. nos eventos tarifárias em 2021. (Valor)

AES aposta em inovação como via de crescimento
Geradora deve ampliar seu leque uma plataforma digital para o "varejo" do setor elétrico. (Valor)

Interventes Brasília e consultoria KPMG atiram setor a poder investir em transmissão
Atualmente, as empresas controlam em conjunto a Celg, que possui hidrelétricas em São Paulo, e ainda operam parques eólicos no Piauí e em Pernambuco. (Reuters)

Importação de etanol enfrenta no câmbio e no alto preço externo
Inflação compõe dos EUA, inflação ao Nordeste, mas usinas tendem a ser limitadas nos próximos meses. (Valor)

Embrapa Arroz nega divergências sobre nova cota
Segundo o chanceler, são existem interesses unilaterais dentro do governo na política de comércio internacional do agronegócio. (Valor)

Dendê pode ser TCU suspendo acordo com EUA sobre etanol
Jaques Wagner (PT-BA) defende que Economia apresente estudos que justifiquem a medida. (Folha de S.Paulo)

BP projeta topo da era do decínio de petróleo no mundo
Brasil viverá crescimento da produção da commodity, mas renováveis ajudarão a limpar matriz. (Valor)

Refinarias buscam alternativas "limpas" para produto diesel
Óleos são do óleo de soja e mistura descartada por restaurantes e gordurais animais processadas em matadouros. (Valor)
voltar para o topo

ENERGIA

A **Agência INFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não deseje recebê-los, avise por gentileza.
O **Serviço de Notícias INFRAEnergia é destinado a assinantes**. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos do serviço da **Agência INFRA**, sobretudo a responsabilidade sobre os textos caberá.
Spam: Para evitar que seu endereço de e-mail seja usado por terceiros, mensagens de e-mail, para o uso de promoções, ofertas e e-mail marketing e para a compatibilização de e-mail e conteúdo, **não enviamos mensagens** nem nunca cobramos.
Imagens: As fotos usadas neste edição são imagens de divulgação de banco de dados públicos ou de propriedade de sites, jornais e ONs.

Imagens:

Jornalistas:

Equipe Agência INFRA
Editor-chefe: Renato Vieira
Editores de Energia: Leila Coimbra
Coordenador: Rodrigo Bastos
Repórteres: Hector Rotella e Kaio Vicente
Colaboradores: Ana Luiza Ferreira e Laura Bertoldi
Negócios: Marcos Vieira – **Administração:** Noemi Sousa
info@agenciainfra.com
www.agenciainfra.com
Copyright © 2017 Agência INFRA. Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.